

# VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E OS CUIDADOS DE ENFERMAGEM: REFLEXÕES A PARTIR DA LITERATURA

Antônia Tainá Bezerra Castro<sup>1</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9126-8990>

Sibele Pontes Rocha<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9001-7265>

**Objetivo:** identificar na literatura científica o que aponta sobre a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem para prevenção desta ocorrência. **Método:** trata-se de uma revisão de integrativa, norteada pela pergunta: "Quais as práticas de violência obstétrica e suas implicações no bem-estar das mulheres, e quais os cuidados de enfermagem frente à violência obstétrica?". Os dados foram coletados em abril de 2019, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e no Portal Capes, a partir de dois cruzamentos, utilizando os descritores em ciências da saúde (DeCs): Violência; Parto; Parto humanizado; Assistência de Enfermagem. **Resultados:** constatou-se a ocorrência de humilhações no momento do parto e a realização de procedimentos desnecessários. O cuidado de enfermagem destaca-se na redução destes procedimentos invasivos, através de métodos não farmacológicos, o acolhimento digno, escuta ativa e apoio físico e emocional. **Conclusão:** é necessário políticas públicas eficazes e o fornecimento de capacitação para os profissionais de enfermagem, tendo em vista uma assistência humanizada.

**Descritores:** Violência; Cuidados de Enfermagem; Parto Humanizado; Parto.

## OBSTETRIC VIOLENCE AND NURSING CARE: REFLECTIONS FROM THE LITERATURE

**Objective:** To identify in the scientific literature what points about obstetric violence and nursing care to prevent this occurrence. **Method:** This is an integrative review, guided by the question "What are the practices of obstetric violence and its implications on women's well-being, and what nursing care in the face of obstetric violence?" Data were collected in April 2019, in the Virtual Health Library (VHL) and at Capes Portal, from two crossings, using the descriptors in health sciences (DeCs): Violence; Childbirth; Humanized birth; Nursing care. **Results:** It was found the occurrence of humiliation at the time of delivery and the performance of unnecessary procedures. Nursing care stands out in reducing these invasive procedures through non-pharmacological methods, decent reception, active listening and physical and emotional support. **Conclusion:** Effective public policies and the provision of training for nursing professionals are needed for humanized care.

**Descriptors:** Violence; Nursing care; Humanized birth; Delivery.

## VIOLENCIA OBSTÉTRICA Y CUIDADOS DE ENFERMERÍA: REFLEXIONES DE LA LITERATURA

**Objetivo:** identificar en la literatura científica qué puntos acerca de la violencia obstétrica y los cuidados de enfermería para prevenir este hecho. **Método:** Esta es una revisión integradora, guiada por la pregunta "Cuáles son las prácticas de violencia obstétrica y sus implicaciones en el bienestar de las mujeres, y qué cuidados de enfermería frente a la violencia obstétrica?". Los datos se recopilieron en abril 2019, en la Biblioteca Virtual en Salud (BVS) y en Capes Portal, a partir de dos cruces, utilizando los descriptores en ciencias de la salud (DeCs): violencia; Parto Parto humanizado; Cuidados de enfermería. **Resultados:** se encontró la aparición de humillaciones en el momento del parto y la realización de procedimientos innecesarios. La atención de enfermería se destaca en la reducción de estos procedimientos invasivos a través de métodos no farmacológicos, recepción decente, escucha activa y apoyo físico y emocional. **Conclusión:** Se necesitan políticas públicas efectivas y la provisión de capacitación para profesionales de enfermería para la atención humanizada.

**Descriptores:** Violencia; Cuidados de Enfermería; Parto Humanizado; Parto.

<sup>1</sup>Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Sobral, CE.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Ceará (UFC), CE.

Autor correspondente: Tainá Bezerra Castro E-mail: [tainacastro02@hotmail.com](mailto:tainacastro02@hotmail.com)

Recebido: 03/11/2019

Aceito: 11/02/2020

## INTRODUÇÃO

O parto se configura como um momento significativo na vida da mulher, pois estabelece a transição da mulher para um novo papel social: o de ser mãe. Entretanto, esse evento perpassa por aspectos psicológicos, emocionais e sociais, sendo vivida de forma individual para cada mulher, onde a cultura tem forte influência<sup>(1)</sup>.

Anteriormente, o processo de nascer era exercido por parteiras, também conhecidas por comadres, no próprio espaço domiciliar da parturiente, na companhia de pessoas conhecidas e de confiança da mesma. Sendo um evento natural, no qual eram desempenhados todos os esforços para que este momento fosse de conforto e alegria<sup>(1)</sup>.

No entanto, com os passar dos anos o parto se tornou institucionalizado, e o saber médico se tornou predominante, dando origem à medicalização do parto. A institucionalização do parto cresceu nos anos quarenta, a partir da Segunda Guerra Mundial, onde no final do século cerca de 90% dos partos era realizado nos hospitais, com o uso de prática mecanizada, fragmentada, desumana, com intervenções desnecessárias, ou sem nenhum embasamento científico, o que acarretou perda de autonomia da mulher no momento do parto. Nos últimos anos, dados apontam que 98 % dos nascimentos que ocorrem no Brasil são em instituições de saúde<sup>(1-2)</sup>.

A violência obstétrica é considerada como uma invasão do corpo feminino pelos profissionais de saúde, ou por pessoas íntimas e estranhas durante o processo do pré-parto, parto e pós-parto, por meio de práticas desumanizadas, inadvertência na assistência, utilização de procedimentos dolorosos ou constrangedores, sem o consentimento da mãe, bem como violência verbal e psicológica, o que implica na autonomia e saúde da mulher<sup>(1-2)</sup>.

De acordo com a pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada em 2010, 25% das mulheres brasileiras sofrem violência no parto<sup>(3)</sup>. E segundo a pesquisa *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*, uma em cada quatro mulheres sofre alguma forma de violência durante o parto<sup>(4)</sup>.

Dados apontam que no Brasil uma em cada quatro mulheres sofre violência no parto, e as cesarianas atingem a taxa de 53,7%<sup>(1,4)</sup>. Na Espanha, estudos revelam que a cada quatro partos, um parto é realizado por meio de cesariana, e na Itália, evidenciou-se intensa medicalização no parto de mulheres acompanhadas em centros privados, o que não resultou em melhores resultados perinatais<sup>(4)</sup>.

No intuito de discutir as práticas de assistência ao parto e nascimento, o Ministério da Saúde desenvolveu ações de saúde, no qual foi instituído em 2000, o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN) e em 2011 a Rede Cegonha, com o objetivo de garantir a melhoria no acesso, cobertura e qualidade do acompanhamento pré-

natal, parto e puerpério, com atenção humanizada à mulher e à criança<sup>(2,6,13)</sup>.

O enfermeiro é respaldado pela Lei do exercício profissional n. 7.498 de 25 de junho de 1986 para atuar diretamente no cuidado à mulher em trabalho de parto e parto<sup>(5)</sup>. Dessa forma, é necessário que o profissional de enfermagem forneça assistência pautada no cuidado integral, humanizado e na redução de práticas desnecessárias no contexto do parto e nascimento, com o intuito de prevenir a violência obstétrica.

Assim, com base no exposto, delimitaram-se os seguintes objetivos: buscar evidências científicas sobre as práticas de violência obstétrica e identificar na literatura os cuidados de enfermagem para a prevenção desta ocorrência.

## MÉTODO

### Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão de literatura, a qual sintetiza resultados de pesquisas sobre um delimitado tema ou questão, de maneira sistemática e ordenada, contribuindo para o aprofundamento do conhecimento do tema investigado<sup>(14)</sup>.

### Procedimento de análise de dados

No presente estudo, foram seguidas as seis etapas propostas por Mendes; Silveira; Galvão, a saber: 1) Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2) Estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos; 3) Categorização dos estudos selecionados; 4) Avaliação dos estudos; 5) Interpretação dos resultados e 6) Apresentação da revisão e síntese do conhecimento<sup>(13)</sup>.

Após, foi elaborada a seguinte pergunta norteadora: Quais as práticas de violência obstétrica e suas implicações no bem-estar das mulheres, e como os enfermeiros podem ajudar na prevenção dessa violência?

A busca de artigos foi desenvolvida durante o mês de abril de 2019, por meio das Bases de Dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e na Scopus através do Portal Capes, a partir de cruzamentos dos descritores: Violência and Parto and Parto humanizado, retirados dos descritores em Ciências da Saúde (DeCS), sendo encontrados 58 artigos na BVS e 38 artigos na SCOPUS.

Como critérios de inclusão, foram utilizados os artigos publicados entre 2014 a 2018, na língua portuguesa, inglesa e espanhola, assim como aqueles que estavam disponíveis na versão completa, totalizando uma amostra de 12 e 15 artigos na BVS e Scopus, respectivamente. Como critérios de exclusão, materiais duplicados e não relacionados diretamente à temática pesquisada. Assim, a amostra final

foi constituída por 8 artigos na BVS e 6 na Scopus, os quais foram lidos e analisados na íntegra.

Posteriormente, foi realizada uma busca de artigos por meio das Bases de Dados Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF), através da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), sobre os cuidados de enfermagem para a prevenção da violência obstétrica. Dessa maneira, realizou-se a combinação dos descritores em ciências da saúde (DeCs) e dos operadores booleanos: Violência and Parto and “Cuidados de Enfermagem”, sendo detectados 40 artigos.

Como critérios de inclusão, foram utilizados os artigos publicados entre 2016 a 2018, na língua portuguesa e espanhola, e que estavam disponíveis em texto completo, totalizando uma amostra 31 artigos, desses foram excluídos os materiais duplicados e que não condizem com a questão da pesquisa, bem como teses, monografias e dissertações.

Ao final, foram utilizados 2 artigos para leitura e análise. Para complementar a análise dos cuidados de enfermagem para a prevenção da violência obstétrica, foi realizada a consulta do Manual de Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto.

### Aspectos éticos

Ressalta-se a não necessidade do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) neste estudo, tendo em vista que a resolução 510/2016 dispensa o parecer em revisões de literatura.

### RESULTADOS

Na análise da produção científica sobre as práticas de violência obstétrica e os cuidados de enfermagem para a prevenção desta ocorrência, foram selecionados treze artigos para a construção desta revisão. Os artigos foram organizados e apresentados no quadro abaixo.

**Quadro 1** - Distribuição das informações de identificação sobre as produções científica. Sobral, CE, 2019.

Número do artigo	Título do artigo	Tipo do estudo	Autores/ano	Objetivo
A1	Violência obstétrica: perfil assistencial de uma maternidade escolado interior do Estado de São Paulo.	Estudo transversal descritivo.	Biscegli ST, Grio MJ, Melles CL, Ribeiro IMRS, Gonsaga TAR 2015	Verificar a prevalência de violência obstétrica (VO) na Maternidade de um hospital escola e descrever as características do atendimento.
A2	Violência obstétrica como questão de saúde pública no Brasil: origem, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna e propostas para a sua prevenção.	Revisão crítico narrativa.	Diniz et al. 2015	Introduzir o leitor no debate de forma a auxiliá-lo na busca sobre aspectos específicos que podem ser abordados como temas de pesquisa e intervenção.
A3	A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico.	Pesquisa descritiva, exploratória.	Rodrigues PG, Alves HV, Penna GHL, Pereira, VA, Branco RLBM, Silva AL 2015	Analisar as percepções das mulheres acerca da assistência obstétrica no que se refere ao atendimento de seus direito de acesso ao serviço de saúde durante o processo de parto e nascimento.
A4	Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife.	Estudo transversal.	Andrade NOP, Silva PQS, Diniz MMC, Caminha CFM 2016	Analisar os fatores associados à violência obstétrica de acordo com as práticas não recomendadas na assistência ao parto vaginal em uma maternidade escola e de referência da Cidade do Recife.
A5	Práticas da episiotomia no parto: desafios para a enfermagem.	Pesquisa do tipo descritiva, com abordagem qualitativa.	Pompeu CK, Scarton J, Cremonese L, Flores GR, Landerdahl CM, Ressel BL. 2017	Identificar o conhecimento de puérperas sobre a episiotomia e como se deu a realização dessa prática no parto.
A6	Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal.	Estudo descritivo, com abordagem qualitativa.	Carvalho SI, Brito SR 2017	Identificar as formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal.
A7	Cuidados de Enfermagem na prevenção da violência obstétrica	Revisão integrativa	Moura et al. 2018	Identificar, na literatura científica nacional, a assistência de enfermagem na prevenção da violência
A8	Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins	Estudo exploratório, de natureza qualitativa	Amaral GORL, Jonas E, Guimarães EBL 2017	Identificar as percepções das mulheres sobre violência obstétrica no processo de parto

A9	Violência obstétrica no processo de parturição em maternidades vinculadas à Rede Cegonha	Estudo descritivo com abordagem quantitativa	Almeida CP, Mitros SMV, Freitas VLA, Magalhães AP, Lira GVS, Rodrigues CAF 2017	Analisar a violência institucional contra mulheres no processo de parturição em maternidades vinculadas a Rede Cegonha de Fortaleza/Cascavel.
A10	A qualidade do atendimento ao parto na rede pública hospitalar em uma capital brasileira: a satisfação das gestantes	Estudo quantitativo transversal, de cunho exploratório	Souza VW, Miranda DMG, Mendes GCA, Silva ALA 2017	Avaliar a qualidade da atenção ao parto na rede pública hospitalar, na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil, mediante a satisfação das suas usuárias.
A11	O descumprimento da lei do acompanhante como agravado à saúde obstétrica	Pesquisa descritivo-exploratória, de natureza qualitativa	Souza PMR, Branco RLBM, Pereira VA, Penna GHL, Alves HV, Rodrigues PD 2017	Analisar a percepção das mulheres acerca do descumprimento da Lei do Acompanhante, com foco no seu direito constituído legalmente e nos sentimentos por elas vivenciados durante o parto e o nascimento.
A12	Ginecologia e Obstetrícia no México: entre "parto humanizado" e violência obstétrica	Abordagem antropológica e a análise de gênero	Pozzio RM 2016	Descrever as diferentes posições que os atores adotaram em torno da introdução de práticas de parto humanizado
A13	Os maus-tratos a mulheres durante o parto em estabelecimentos de saúde em todo o mundo: uma revisão sistemática de métodos mistos	Revisão sistemática	Gülmezoglu et al 2015	Sintetizar evidências qualitativas e quantitativas sobre os maus-tratos a mulheres durante o parto em unidades de saúde para informar o desenvolvimento de uma tipologia baseada em evidências do fenômeno

## DISCUSSÃO

Após a leitura na íntegra dos estudos selecionados, emergiram as seguintes categorias: práticas de violência obstétricas e suas implicações no bem-estar das mulheres e cuidados de enfermagem para a prevenção da violência obstétrica.

### Práticas de violência obstétricas e suas implicações no bem-estar das mulheres

Evidenciou-se a existência de eventos desumanos durante o ciclo gravídico puerperal, que podem ser de origem verbal e/ou psicológica e física. Na violência verbal, as mulheres são destratadas por chorar ou gritar de dor, emoção, alegria ou ansiedade durante o trabalho de parto ou parto através de xingamentos, ameaças, gritos e humilhações, tais como: "não chora que no ano que vem você está aqui de novo"; "na hora de fazer não chorou/não chamou a mamãe, por que está chorando agora?"; "Se gritar eu paro agora o que estou fazendo" e "Se ficar gritando vai fazer mal pro seu nenê, ele vai nascer surdo"<sup>(3,8,10)</sup>.

Além disso, as mulheres são impedidas de ser acompanhada por uma pessoa familiar de sua escolha em algum momento durante a sua internação, tendo em vista que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda, desde 1985, que a mulher tenha um acompanhante, devido os benefícios que esta prática oferece à mulher e ao bebê, no que diz respeito o suporte emocional contínuo e sensação de segurança à parturiente, conforme direito

legais pela Lei 11.108, de 07 de abril de 2005, sejam no SUS ou na rede privada<sup>(3,17)</sup>.

Contatou-se a manifestação de procedimentos obstétricos sem o consentimento ou explicação, como o uso da ocitocina, a rotura precoce das membranas, o uso rotineiro da episiotomia, que consiste no corte da região do perineo da mulher, a manobra de Kristeller que compreende na pressão no fundo do útero, uso de fórceps abusivamente, toques vaginais constantes e de forma dolorosa realizados por diferentes pessoas, negação de algum tipo de alívio para a dor, restrição ao leito, proibição de ingerir alimentos ou bebidas, enema, tricotomia, cesarianas sem justificativa e a posição horizontal no parto, que além de retardar o trabalho de parto, aumenta as dores da contração<sup>(3,7-8)</sup>.

A peregrinação no processo reprodutivo representa uma forma de violência obstétrica. Essa violência é resultado da precariedade do acesso aos serviços de saúde, fazendo com que a mulher vivencie uma jornada em busca de atendimento na rede pública hospitalar, peregrinando até conseguir assistência, o que favorece a ocorrência de desfechos negativos no parto e aumento dos índices de mortalidade materna e neonatal, caso esse atendimento não ocorra em tempo hábil<sup>(7)</sup>.

Dessa forma, a mulher perde a sua autonomia no momento do parto, devido à ausência de informação nos atendimentos de pré-natal e/ou o acesso tardio às informações relativas ao período gravídico-puerperal. Sendo assim, isso implica em danos emocionais e

psicológicos, tornando a mulher insatisfeita diante do parto normal e a desistir de futuras gestações. Além das consequências sobre a morbimortalidade materna-infantil, evidenciam-se os efeitos negativos sobre vínculo binômio mãe-filho<sup>(1,16)</sup>.

### **Cuidados de enfermagem para a prevenção da violência obstétrica**

O profissional de enfermagem deve realizar boas práticas obstétricas durante o parto e o nascimento, com o intuito de prevenir a violência obstétrica. Dessa forma, observou-se a importância da prática do acolhimento digno e de respeito, no que se refere à apresentação do profissional, explicar o papel do enfermeiro nos cuidados, o apoio físico e emocional, o fornecimento de condições adequadas de ambiente para que a mulher sintam-se à vontade, bem como proporcionar uma escuta ativa, a saber, dúvidas ou preocupações sobre o trabalho de parto e assim para promover o controle da ansiedade, visto que nesse momento é comum a mulher vivenciar esses sentimentos<sup>(9,18)</sup>.

Outro cuidado é assegurar a redução de procedimentos invasivos, tais como rupturas de membranas, episiotomias, aceleração ou indução do parto, partos instrumentais ou cesarianas, a menos que sejam necessários em virtude de complicações, sendo tal fato devidamente explicado à mulher. Dentro desse contexto, salienta-se encorajar a mulher quanto ao uso dos métodos não-farmacológicos como o banho de imersão e aspensão, massagens lombares, utilização de bolas de nascimentos, o "cavalinho", exercícios respiratórios e as técnicas de aromaterapia e musicoterapia, que além de contribuírem para o alívio da dor, proporcionam um cuidado humanizado e livre de intervenções desnecessárias<sup>(11)</sup>.

Destarte, é papel do enfermeiro orientar e esclarecer desde o pré-natal métodos não farmacológicos e os seus benefícios, para que assim a parturiente possa vivenciar o parto de forma humanizada e respeitosa, de forma a exercitar sua autonomia durante o trabalho de parto e o parto. Uma vez que o desconhecimento da mulher acerca do próprio corpo e do processo fisiológico do parto, e a forte influência da cultura familiar, ditam a prática da episiotomia como necessária para a evolução do parto<sup>(7,17)</sup>.

Salienta-se também a importância da mulher entender as formas de violência obstétrica, a educação em saúde ganha destaque por promover momentos informativos às gestantes, pois a ausência de informação acerca dos procedimentos invasivos, pode ser compreendida pela

mulher como rotinas da instituição e que irá salvar o feto<sup>(1)</sup>. Além disso, destaca-se o conhecimento antes da unidade de saúde que irá "dar a luz" antes do parto, conforme a Lei nº 11.634 de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade com a finalidade de proporcionar segurança à mulher<sup>(6,19)</sup>.

### **Limitação do estudo**

Este estudo possui como limitação a insuficiência de artigos disponíveis relacionadas às condutas de enfermagem para a prevenção da violência obstétrica, limitando-se na maioria das vezes apenas a descrição da violência obstétrica. Isso sugere o desenvolvimento de mais estudos sobre essa temática, sobretudo sob o enfoque da prática do enfermeiro, o que contribui para um cuidado baseado em evidências científicas e a visibilidade desde profissional no contexto da violência obstétrica.

### **Contribuições para a prática**

O estudo traz importante contribuição para a área da enfermagem por explicitar a violência obstétrica e os cuidados de enfermagem para a prevenção desta prática. Logo, com essa pesquisa, pretende-se que os profissionais reflitam sobre a temática, e possa exercer um cuidado humanizado durante o parto e nascimento.

### **CONCLUSÃO**

Em suma, conclui-se que a violência obstétrica provoca sofrimento e repercussões na saúde de quem vivencia essa situação, impactando negativamente na qualidade de vida das mulheres. Sendo assim, se faz necessário políticas públicas eficazes no combate a este tipo de violência, por meio de uma avaliação contínua e permanente da assistência obstétrica oferecida pelos serviços.

Frente a esses achados, torna-se essencial o desenvolvimento de ações de sensibilização e orientação para os profissionais de saúde, com destaque, para os profissionais de enfermagem que está mais próximo do cliente, por meio de programas de capacitação e campanhas de prevenção, para que assim seja oferecida uma assistência humanizada e adequada para o cuidado à saúde no contexto do parto e nascimento.

**Contribuição dos Autores:** Antonia Tainá Bezerra Castro: contribuiu no planejamento, análise, interpretação dos dados e redação do artigo. Sibeles Pontes Rocha: contribuiu significativamente na revisão crítica do conteúdo.



REFERÊNCIAS

1. Leal PYS, Lima ALV, Silva FA, Soares LFDP, Santana RL, Pereira A. Percepção de enfermeiras obstétricas acerca da violência obstétrica. *Cogitare Enfermagem* [internet]. 2018 [acesso em 15 abril de 2019]; 23(2): 1-7 Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/05/883486/52473-231497-1-pb.pdf>
2. Andrade NOP, Silva PQS, Diniz MMC, Caminha CFM. Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco. *Rev. Bras. Saude Mater. Infant.* [internet]. 2016 [acesso em 15 de abril de 2019]; 16(1): 1-9 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v16n1/1519-3829-rbsmi-16-01-0029.pdf>
3. Biscegli ST, Grio MJ, Melles CL, Ribeiro IMRS, Gonsaga TAR. Violência obstétrica: perfil assistencial de uma maternidade escolado interior do Estado de São Paulo, Rev. Cuidarte. Enfer. [internet]. 2015 [acesso em 15 de abril de 2019]; 9 (1): 18- 25 Disponível em: <http://fundacaopadrealbino.org.br/facfipa/ner/pdf/Revistacuidartenfermagem%20v.%209%20n.1%20%20jan.%20jun%202015.pdf>
4. Oliveira JQ, Penna MMC, O discurso da violência obstétrica na voz das mulheres e dos profissionais de saúde, *Texto & contexto enferm.* [internet]. 2017 [acesso em 15 de abril de 2019]; 26(2): 2-10 Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/pdf/tce/v26n2/pt\\_0104-0707-tce-26-02-e06500015.pdf](http://www.revenf.bvs.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e06500015.pdf)
5. Brasil. Conselho Federal de Enfermagem. Lei do exercício profissional n. 7.498 de 25 de junho de 1986. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências [internet]. Brasília, DF; 1986. [acesso em 23 de abril de 2019] Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986\\_4161.html](http://www.cofen.gov.br/lei-n-749886-de-25-de-junho-de-1986_4161.html)
6. Rodrigues PG, Alves HV, Penna GHL, Pereira, VA, Branco RLBM, Silva AL. A peregrinação no período reprodutivo: uma violência no campo obstétrico. *Escola Anna Nery* [internet]. 2015 [acesso em 15 de abril de 2019]; 19(4): 614-620 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n4/1414-8145-ean-19-04-0614.pdf>
7. Pompeu CK, Scarton J, Cremonese L, Flores GR, Landerdahl CM, Ressel BL. Práticas da episiotomia no parto: desafios para a enfermagem. *Rev. enferm. Cent.-Oeste Min.* [internet]. 2017 [acesso em 0 de abril de 2019]; 7(1): 2-8 Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/1142/1302>
8. Diniz SG, Salgado HO, Andrezzo HFA, Carvalho PGC, Carvalho PCA, et al. Violência obstétrica como questão para a saúde pública no Brasil: origens, definições, tipologia, impactos sobre a saúde materna, e propostas para a sua prevenção. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.* [internet]. 2015 [acesso em 0 de abril de 2019]; 25(3): 377-384 Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v25n3/pt\\_19.pdf](http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v25n3/pt_19.pdf)
9. Moura RCM, Pereira TF, Reboças FJ, Costa CM, Lernades AMG, Silva LKA, et al. Cuidados de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. *Enferm. foco (Brasília)* [internet]. 2018 [acesso em 23 de abril de 2019]; 9(4): 60-65 Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1333/480>
10. Carvalho SI, Brito SR. Formas de violência obstétrica vivenciadas por puérperas que tiveram parto normal. *Enferm. glob.* [internet] 2017 [acesso em 23 de abril de 2019]; 16(47): 71-79 Disponível em: [http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v16n47/pt\\_1695-6141-eg-16-47-00071.pdf](http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v16n47/pt_1695-6141-eg-16-47-00071.pdf)
11. Ministério da Saúde (BR). Diretrizes Nacionais de Assistência ao Parto. 1ª ed. Brasília- DF; 2017 [acesso em 24 de abril de 2019] Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_assistencia\\_parto\\_normal.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_nacionais_assistencia_parto_normal.pdf)
12. Ministério da Saúde (BR). Humanização no Pré-Natal e Nascimento. 1ª ed. Brasília- DF; 2002 [acesso em 24 de abril de 2019] Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/parto.pd>
13. Ferreira MAS, Santos RS, Soares OGJAM, Rosenstock VIK. Aspectos éticos no exercício da enfermagem: revisão integrativa da literatura. *Cogitare Enfermagem* [internet]. 2011[acesso em 30 de abril de 2019]; 16(4): 727-33 Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/25444/17067>
14. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. Revisão integrativa: método de revisão para sintetizar as evidências disponíveis na literatura. *Texto Contexto Enferm* [internet]. 2008 [acesso em 30 de abril de 2019] 17(4):758-64 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf>
15. Souza VW, Miranda DMG, Mendes GCA, Silva ALA. A qualidade do atendimento ao parto na rede pública hospitalar em uma capital brasileira: a satisfação das gestantes. *Cadernos de saúde pública* [internet]. 2017 [acesso em 29 de abril de 2019] 33(12): 1-14 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v33n12/1678-4464-csp-33-12-e00175116.pdf>
16. Pozzio RM. Ginecologia e Obstetrícia no México: entre "parto humanizado" e violência obstétrica. *Revista estudos feminista* [internet]. 2016 [acesso em 29 de abril de 2019] 24(1): 101-117 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2016000100101&lng=es&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000100101&lng=es&tlng=es)
17. Souza PMR, Branco RLBM, Pereira VA, Penna GHL, Alves HV, Rodrigues PD. O descumprimento da lei do acompanhante como agravamento à saúde obstétrica. *Texto & Contexto Enfermagem* [internet] 2017 [acesso em 30 de abril de 2019] 26(3): 2-10 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e5570015.pdf>
18. Amaral GORL, Jonas E, Guimarães EBL. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. *Revista Estudos feministas* [internet] 2017 [acesso em 30 de abril de 2019] 26(1):1-11 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e43278.pdf>
19. Bohren MA, Vogel JP, Hunter EC, Lutsiv O, Makh SK, Souza JP et al. Os maus-tratos a mulheres durante o parto em estabelecimentos de saúde em todo o mundo: uma revisão sistemática de métodos mistos. *Plos medicine* [internet] 2015 [acesso em 29 de abril de 2019] Disponível em: <https://journals.plos.org/plosmedicine/article/comments?id=10.1371/journal.pmed.1001847>